



Onde está Amarildo? A foto de Alcyr Cavalcanti correu o mundo...

(Acervo do Autor, 2013)

A FAVELA DA ROCINHA E O NOVO TRATO DOS VIVENTES: O FOLHETIM

Luiz Carlos Toledo

&

Companheiros de Caminhada

Com luxuosa revisão de Andrea Toledo

Capítulo III

“RAÇA” e RACISMO

Dedico **O Folhetim** aos jovens da Rocinha, favela esquecida pelos governantes, cuja criminoso omissão a transformou em uma das Cidades Invisíveis, criadas por Ítalo Calvino e por mim desenhadas na oficina de arteterapia do Hospital Sarah Rio, sob olhar atento de Aline.



CLOÉ

“Onde quer que apareça, o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional. Em seguida, deve-se ao fato de que ninguém – nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser negro ou, na prática, de ser tratado como tal. Além do mais, como explicou Gilles Deleuze, ‘há sempre um negro, um judeu, um chinês, um grão-mogol, um ariano no delírio’, pois aquilo que faz fermentar o delírio são, entre outras coisas, as raças. Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres. (MBEMBE, 2018, pp.12/13)

Não foi por acaso que, ao focalizarmos a “*Raça*” e o *Racismo*, nos encontrássemos no trecho mais tenebroso do labirinto que estamos percorrendo na busca das causas do fracasso das políticas públicas que teriam o objetivo de dar qualidade de vida ao morador da Rocinha. Nesse trecho da caminhada, as paredes revestidas de vilanias e o chão coberto por ossos brancos são o testemunho de incontáveis corpos negros, aviltados moral e fisicamente. Aqui é sempre noite e se não fosse a luz que emana dos meus companheiros de caminhada, nunca teríamos encontrado duas armas terríveis que a humanidade inventou para se desumanizar, ampliando a desigualdade e a discórdia entre os humanos – o conceito de “*raça*” e o *racismo*, que existem entre

nós desde o momento em que o primeiro europeu pisou esta terra. O invasor, mal chegou, além de capturar e escravizar os indígenas que aqui viviam desde tempos imemoriais, dizimou-os com doenças que trouxe de além-mar e, não contente com tantas e tamanhas vilanias, sequestrou os negros da África, trazendo-os ao Brasil acorrentados nos porões imundos dos navios negreiros e fazendo deles tenebrosa mercadoria.

O misto de cobiça, inveja, falsa superioridade e medo a que chamamos de *racismo*, herança maldita dessa história de horrores, permanece entre nós, valendo-se da ignomínia e ferocidade dos senhores, da complacência da sociedade e da prática de atentados de toda a ordem contra indígenas e negros.

Ao começar a pesquisar sobre os conceitos de “raça” e racismo deparei-me com inúmeras fontes: além de extensa bibliografia, livros, artigos, romances, filmes, dissertações e teses. Também constatei que, a nível internacional e local, parte expressiva dessa produção era de intelectuais vítimas do racismo. No Brasil, ecoaram vozes potentes, proferidas por indígenas, quilombolas e negros exercendo, geralmente, a dupla função de intelectuais e ativistas,¹ criando e organizando coletivos com o objetivo de denunciar e combater o racismo.

Por sua vez, nas universidades, multiplicaram-se as pesquisas sobre o racismo e sua presença na sociedade brasileira, nas leis, na política e no Estado e instituições. Dentre as pesquisas, um recorte interessou-me particularmente - o impacto do racismo na estruturação das cidades e das favelas, em especial.

Queridos leitores, confesso que me faltam coragem e capacidade para adentrar no universo de horror do racismo com a profundidade que a complexidade que esse tema exige; entretanto, decidi fazê-lo, cômico de minhas limitações, para cumprir os dois principais objetivos deste Folhetim - iluminar as causas que impedem que seja garantido o direito da população da Rocinha a ter qualidade de vida e divulgar o pensamento dos meus *companheiros de caminhada*.

Afinal, branco, de uma família de classe média alta, o pouco que aprendi com meus pares sobre racismo foi como praticá-lo e a ser indulgente com os que o praticam. A vida, por sorte, vacinou-me contra ele, desde a mais tenra idade, quando morava no Rio Comprido, num casarão da Rua Guaicurus, um dos acessos à Favela do Fallet, onde fiz meus primeiros amigos, entre a criançada do morro. Mamãe, com medo de sermos atropelados, pedia à minha babá e à da minha irmã, ambas moradoras do Fallet, para nos levar para brincar na favela, porque lá era mais seguro, por não passar carro.

Quando nasci, em 1943, as favelas ainda não eram territórios dominados pelo tráfico de drogas ou pela milícia, nem existiam as incursões policiais com suas balas perdidas, que teimam em achar inocentes. Apenas uma vez ou outra um policial destemido subia o morro para prender um bandido famoso, para alegria da imprensa. Porém, a relação subalterna imposta aos pobres, a exploração de sua força de trabalho e o racismo já existiam, às vezes às claras, ou sob um manto de invisibilidade e cinismo.

Minha família tinha muitos empregados, a maioria do Fallet. Luiza, irmã de Ataulfo Alves, era nossa cozinheira, famosa pela feijoada que, aos sábados, reunia artistas e intelectuais amigos de papai. Duas de suas filhas eram nossas babás, e havia ainda uma ajudante de cozinha, uma arrumadeira e um motorista, sem contar o Joaquim, um

¹ A última década foi generosa no surgimento de autores indígenas, quilombolas e negros que têm virado ponta-cabeça o modo de pensar de muita gente, inclusive o meu, depois que visitei e fui encantado pelo pensamento de Krenak, Kopenawa e Antônio Bispo, entre outros (veja o primeiro capítulo do Folhetim).

faz-tudo, que ajudava meu avô a limpar trinta gaiolas de passarinho. Nenhum deles tinha direitos trabalhistas; eram condenados a trabalhar até a morte.



O Servidor Joaquim, óleo de Aldary Henriques Toledo.
Acervo do Autor

Divertia-me a rodo com a criançada da favela. Para desespero de mamãe, trocava meus brinquedos, importados da Inglaterra, em plena Segunda Guerra Mundial, por pipas, piões rachados, arcos de ferro enferrujado (que serviam para rolar com uma vareta de ferro, igualmente enferrujada) e um inesquecível carrinho de rolimã. E lá ia meu pai desfazer a troca, deixando duas crianças inconsoláveis. Quando li *Casa Grande e Senzala* pela primeira vez, já cursava o segundo grau do colégio Pedro II e me lembro perfeitamente do insight que tive na ocasião: a *Casa Grande* era o casarão da rua Guaicurus e o Fallet, a sua *Senzala*.

Portanto, sempre convivi com o racismo, dentro e fora de casa, mas só comecei a me dar conta dele quando morava num enorme apartamento em Copacabana, para onde minha família se mudara, em 1949, e comecei a perceber e a me incomodar com o gigantesco contraste entre as dependências avantajadas da *área social* e os dormitórios e sanitários minúsculos e mal ventilados, reservados aos empregados, na *área de serviço*.

A grande maioria da sociedade via e ainda vê com naturalidade a existência de duas entradas nas edificações residenciais da classe média – a social, de uso exclusivo dos moradores e visitantes, e a de serviço, reservada aos empregados, prestadores de serviços e entregadores. Nesse aspecto, a arquitetura contribui para demarcar os espaços dos indivíduos que *mandam* e dos que *servem*, sendo estes últimos, na maioria, “*pessoas de cor*”, eufemismo usado para substituir as palavras *negro*, *preto* e *crioulo* pela elite “politicamente correta”, a não ser quando se vale dessas palavras para xingar.

Também o urbanismo, historicamente, tem sido utilizado para separar as classes sociais de muitas maneiras, sendo uma delas a segregação dos pobres e, em particular, dos negros nos quilombos, favelas e periferias - e aí de quem ousar transpor esses limites dando um *rolezinho* pelo shopping ou se aventurando em alguma praia de bacana!

Os pobres, sobretudo os negros, além de segregados, são tachados de meliantes pelos “*grupos dominantes*” da sociedade, formando as “classes perigosas”, como denuncia o geógrafo Andreilino Campos no livro *Do Quilombo à Favela - A Produção do Espaço Criminalizado no Rio de Janeiro*:

“Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a ‘estigmatização do espaço’ apropriado pelas classes trabalhadoras. Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mas a favela esconde parte dessa diferença étnica. Negros, brancos, ‘paraibas’, ‘baianos’, entre outros atores sociais, são antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral, pelos formadores de opinião, como pertencentes às ‘classes perigosas’. Entretanto, sem dúvida, o estigma, apesar de ser generalizado, atinge, sobremaneira, o negro e, de modo mais virulento, o negro favelado.” (CAMPOS, 2005, p.63)

Além de criminalizar a população favelada, grande parte da sociedade mantém uma visão “higienista” quando se trata das comunidades, enxergando-as como fonte de doenças, pestes e epidemias e omitindo, por outro lado, sua parcela de responsabilidade no combate das precárias condições sanitárias ali existentes, essas sim potencialmente causadoras de agravos à saúde pública. A adoção do higienismo pelo Estado também não é de hoje, ficando evidente no Plano Agache (1927)² - o primeiro plano de urbanização da cidade do Rio de Janeiro —, no qual o elitismo e o racismo do urbanista francês Alfred Agache se revelam na crueza das palavras utilizadas para descrever as favelas que na época já cobriam os morros da cidade:

“Não devemos esquecer, no entanto, que se as favellas são bairros infectos, ellas não faltam, pela sua situação, nem de luz, nem de ar e sol, gozam de um horizonte invejável e não é para surprehender se a população pobre se encontra ahí mais á vontade do que em numerosas villas e avenidas construídas para ella e onde falta ar e espaço.

Não impede que, construídas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalizações d’água, sem esgottos, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favellas constituem um perigo permanente d’incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corroe até a margem da matta na encosta das serras. É inútil tratar de supprimir este contágio antes de ter edificado habitações adequadas para agasalhar os infelizes que povoam as favellas e que se fossem simplesmente expulsos, se installariam alhures nas mesmas condições.” (AGACHE, 1929, p.190)

Três décadas mais tarde, outra proposta urbanística marcaria o debate sobre o futuro do Rio de Janeiro: o Plano Doxiadis, elaborado no início da década de 1960 pelo urbanista grego Constantinos Doxiadis, durante o governo de Carlos Lacerda, no então Estado da Guanabara.

² Desenvolvido pelo urbanista francês Alfred Agache, o plano refletia os ideais de modernização e higienização urbana defendidos pelas elites brasileiras da época. Inspirado na estrutura urbana parisiense, o plano visava transformar o Rio em uma cidade “moderna”, funcional e organizada. Este objetivo, no entanto, carregava uma clara dimensão excludente. No que tange às favelas, o Plano Agache não as reconhecia como parte legítima da cidade. As comunidades populares eram tratadas como “problemas sociais” e não como expressões urbanas de um povo que não tinha acesso à habitação. O plano previa, entre outras ações, a remoção sistemática das favelas dos morros e sua substituição por habitações populares em áreas periféricas. Essa proposta estava alinhada a uma visão higienista, que via os pobres — em sua maioria negros e trabalhadores informais — como ameaças à saúde pública e à estética da cidade. Em vez de pensar em como integrá-los ao tecido urbano com dignidade, o plano propunha a erradicação das favelas, vistas como um entrave ao projeto de cidade idealizado por Agache: branca, ordeira, europeia e elitista.

Embora também orientado por uma lógica técnica e modernizante, o plano trazia algumas diferenças em relação ao Plano Agache no tratamento das favelas. Ele reconhecia que a presença das favelas era uma realidade consolidada no espaço urbano. Em vez de propor sua eliminação total, o plano previa a realocação de parte dessas comunidades para áreas planejadas e dotadas de infraestrutura mínima, como parte de um processo de urbanização controlada. A proposta incluía a criação de conjuntos habitacionais populares (como a Cidade de Deus) e a descentralização da cidade, buscando aliviar a pressão sobre a região central.

No entanto, apesar do discurso mais "realista", o Plano Doxiadis manteve, em grande medida, a lógica de controle social e territorial sobre os pobres, isolando-os nas periferias. A solução ainda passava pela remoção de moradores de áreas valorizadas, em nome da ordem e da expansão da cidade formal. Ou seja, mesmo reconhecendo as favelas, o plano mantinha o viés racista do Plano Agache.

Seis décadas mais tarde, os impactos negativos do urbanismo racista, que negam aos afrodescendentes o direito à cidade, foram tratados de forma exemplar pela arquiteta, urbanista, escritora, curadora e psicanalista brasileira Joice Berth, no livro *Se A Cidade Fosse Nossa. racismo, falocentrismo e opressões na cidade*:

"Precisamos definir as bases para uma nova ordem urbana que também seja preta, que também seja feminina, que comunique nossa diversidade étnica e seja alimentadora do nosso processo de emponderamento individual e coletivo. Isso tudo se afirma em um urbanismo antirracista, anti-imperialista, antissexista e anticlassista que centraliza suas ações a partir da nascente das desigualdades e que repara, no presente, os abismos deixados pelos processos históricos. Aí, sim, chegaremos no ponto que almejamos. Teremos, então, as condições para construir uma vivência urbana mais justa e humana para todas, todos e para todes em um futuro próximo". (BERTH, 2023, p.28)

Joice, afortunadamente, não está sozinha na denúncia e combate ao racismo; a contribuição feminina nesse tema, particularmente das mulheres pretas, tem sido relevante e essencial. Entre elas, é preciso reconhecer aquelas que construíram uma tradição intelectual e militante capaz de desvelar os meandros do racismo à brasileira, muitas vezes negado sob o manto da democracia racial.

Mulheres como Lélia Gonzalez³, antropóloga e militante que cunhou expressões como "pretuguês", indicando a exclusão racial vigente. Em seus ensaios, desvela o "racismo por denegação", característico do Brasil, onde se nega ser racista, mas se reproduz cotidianamente a exclusão. Gonzalez via na articulação entre racismo, machismo e classismo a base da opressão sofrida pelas mulheres negras, e sua obra segue atual como um guia teórico e prático para o enfrentamento das desigualdades.

"É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante?" (GONZALEZ, 2020, p. 141)

³ Minha rápida citação de Lélia Gonzalez não faz jus à importância de sua obra e militância para o combate ao racismo. Para sanar minha omissão, sugiro que busquem, no excelente artigo de Poliana Tavares, conhecer um pouco da vida e da contribuição de Lélia. O artigo *LUGAR DE NEGRO: A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE SOB A PERSPECTIVA DE LÉLIA GONZALEZ (1935-1994)*. Debates Pós Coloniais e Decoloniais, de 18 maio 2023 está disponível em: <https://decoloniais.com/lugar-de-negro-a-populacao-afrodescendente-sob-a-perspectiva-de-elia-gonzalez-1935-1994/>

Contar com a companhia de Lélia, na nossa caminhada através do labirinto, possibilitou que encontrássemos, ocultas na escuridão das galerias, tais formas de racismo que, até então, eu não sabia existir.

Sueli Carneiro⁴, por sua vez, tem sido uma das maiores críticas do racismo institucional. Ao fundar o Geledés – Instituto da Mulher Negra, construiu um espaço de articulação entre teoria e prática, entre academia e periferia, entre luta política e cuidado. Sua crítica à epistemologia branca dominante nas universidades é um convite a reavaliarmos essa situação. Ela afirma:

"A democracia racial brasileira sempre operou como uma ideologia que mascarou as profundas desigualdades sociais e raciais. A presença negra nas universidades é uma ruptura com esse pacto de exclusão". (CARNEIRO, 2020, p. 55)

Sueli tem toda a razão. Logo antes de me aposentar na Faculdade de Engenharia da Universidade de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, onde dei aula de urbanismo por três décadas, testemunhei os primeiros e formidáveis resultados das políticas afirmativas, trazendo um grande aumento de negros na sala de aula. Me orgulho muito de ter lecionado na UERJ, a primeira universidade do país a adotar o sistema de cotas para os afrodescendentes e indígenas.

Por outro lado, o racismo institucional, denunciado por Sueli, também dificulta e, por vezes, impede o acesso de profissionais negros, plenamente qualificados, aos quadros técnicos e de decisão governamentais e se além de preto, o pretendente ao cargo, morar numa favela, a chance de vir conquistá-lo é remota. Recentemente, graças às políticas afirmativas pode-se ver alguma luz no fim do túnel, ou melhor, do labirinto.

Na literatura, Conceição Evaristo inaugurou a "escrevivência", conceito consubstanciado em uma escrita que denuncia a violência estrutural pela via do testemunho literário. Seus contos e romances dão voz às mulheres negras, revelando as cicatrizes deixadas pelo racismo de gênero e classe. Como escreve em um de seus textos:

"A escrevivência não é só denúncia. É também gesto de afirmação e resistência. É transformar a memória em arma." (EVARISTO, 2007, p. 34)

Carolina Maria de Jesus é outro farol nesse percurso; tê-la como companheira de caminhada ilumina nossa aventura através do labirinto. Autora de Quarto de Despejo, revelou ao mundo a vida de uma mulher preta, favelada, escritora autodidata, que enfrentava a fome e o preconceito com papel e lápis. Sua obra rompeu o silenciamento histórico e colocou no centro do debate a experiência cotidiana de milhões de mulheres brasileiras, entre elas, as que vivem na Rocinha, enfrentando, no seu dia a dia, as mesmas condições que Carolina enfrentou.

"Tenho muito orgulho de ser preta. E ser preta e pobre não é motivo de vergonha. A vergonha é não lutar." (JESUS, 1960, p. 89)

⁴ Para conhecer o pensamento de Sueli Carneiro e até mesmo sua voz, sugiro ao leitor que a escute numa imperdível conversa com Mano Brown no podcast Mano a Mano, disponível em <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr>

A reflexão contemporânea encontra em Djamila Ribeiro uma voz clara e didática que ampliou o alcance do pensamento feminista negro. Seus livros tornaram-se referências em escolas e universidades, dando lastro teórico para jovens mulheres negras que hoje ocupam o espaço público com coragem e inteligência. Como nos lembra:

"Lugar de fala não é sobre silenciar o outro, mas garantir que todas as vozes tenham condições iguais de ser ouvidas." (RIBEIRO, 2017, p. 14)

Essas autoras não apenas denunciam as violências, mas propõem uma nova forma de existir, habitar e pensar a cidade. Encontrá-las no labirinto, com sua luz preta, feminina, periférica e potente, foi fundamental para orientar nossa caminhada. No enfrentamento ao racismo estrutural, ambiental, institucional e de gênero, as ideias dessas mulheres são lanterna, mapa e destino. Que suas vozes ecoem para sempre nas vielas da Rocinha, tornando-se semente de um *novo trato dos viventes*, enraizado em justiça, dignidade e memória.

Seria uma falta imperdoável falar da importância de todas essas mulheres pretas e deixar de citar Marielle Franco, assassinada para calar a potência de sua voz contra o racismo. O brutal assassinato de Marielle, em vez de calar sua voz, amplificou-a, a ponto de ser ouvida em todo o planeta. A rajada de balas que a matou também atingiu a todos nós brasileiros, principalmente aqueles que tiveram a ventura de conhecê-la, mesmo por um breve instante, como eu.

Em 2018, em companhia de um grupo de jovens arquitetos, criei a Casa de Estudos Urbanos, onde fazíamos vários eventos. Em um deles, chamado *Provocações*, reuníamos pessoas com diversas formações e pertencentes a diversas tribos para discutir a Cidade a partir de suas políticas públicas, urbanismo e arquitetura, e do que me era mais caro: *indisciplinas urbanísticas*; mas isso é uma outra história, que fica para uma outra vez.

Numa dessas provocações, para o meu encantamento, Marielle, de surpresa, apareceu. De pé, encostada numa coluna que hoje ostenta a placa "SALA MARIELLE", acompanhava os debates, sorrindo quando a discussão se acalorava, divertida por ver a ênfase com que os debatedores defendiam suas ideias.

Jamais esqueci o brilho dos seus olhos e o sorriso que seu brutal assassinato apagou. Sua morte reverberou em todo o mundo e me fez recordar sua visita à Casa de Estudos Urbanos, levando-me, na época, a escrever algumas que Abílio Guerra publicou no Portal Vitruvius:

Os olhos de Marielle Franco

Marielle, como explicar este luto, que me toma por inteiro desde teu assassinato?

Dentro dos milhares de votos que você recebeu, se encontrava o meu, votinho envergonhado de quem ainda não te conhecia e não havia resistido à pressão das mulheres da família para votar em você.

Aos poucos fui conhecendo o teu trabalho como parlamentar e me alegrando por não ter perdido o meu voto. Admirava tua capacidade de trabalho e a coragem de enfrentar os poderosos, representando e dando voz aos mais humildes, aqueles e aquelas que não tinham a oportunidade de se manifestar.

Para mim você representava o futuro! Marielle Deputada! Marielle Prefeita! Marielle Presidente, quem sabe!

Foi então que te conheci e aos teus olhos! Era segunda feira, dia das “Provocações” na Casa de Estudos Urbanos, desta vez o tema da discussão era Feminismo, as provocadoras eram duas mulheres, uma branca e uma negra e, para minha surpresa, você apareceu.

Discreta, permaneceu em pé, o evento tinha começado e a pequena sala da Casa de Estudos Urbanos estava repleta. Eu, sentado na primeira fila, não percebi tua chegada, até que você falou.

Atraído pela tua fala torci-me na cadeira, sabendo que teria que enfrentar as dores da esclerose que me acompanha há dez anos.

Esqueci as dores, esqueci até mesmo o conteúdo da tua fala, várias vezes interrompida pelas palmas dos participantes, perdi-me nos teus olhos que brilhavam como faróis, iluminavam todos nós com o teu entusiasmo e energia.

Falavam a verdade e, a verdade que transparecia nos teus olhos, nos iluminava. Até hoje não sei a cor que tinham, seu intenso brilho não me permitiu sabê-lo.

Só sei é que neles me perdi, e isso não é pouco.

(Publicado no Portal Vitruvius em 18 de março de 2018)

A potência das vozes dessas mulheres, somadas à do historiador negro Achille Mbembe no livro *Crítica da Razão Negra*, serviu-me de bálsamo para tratar a fratura exposta do racismo. No intuito de compartilhar com vocês a voz de Mbembe, queridos leitores, recolhi o parágrafo que compõe a epígrafe deste capítulo e os trechos a seguir. Espero que gostem:

“Para nós, só é possível falar de raça (ou de racismo) numa linguagem fatalmente imperfeita, dúbia, diria até inadequada. Por hora bastará dizer que é uma forma de representação primária. Incapaz de distinguir entre o externo e o interno, os invólucros e os conteúdos, ela remete, em primeira instância, aos simulacros de superfície. Vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura de neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total. Mas, como explica Frantz Fanon, raça é também o nome que se deve dar ao ressentimento amargo, ao irrepreensível desejo de vingança, isto é, à raiva daqueles que, condenados à sujeição, veem-se com frequência obrigados a sofrer uma infinidade de injúrias, todos tipos de estupros e humilhações e incontáveis feridas.

(...)

“Primeiramente, a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo. (...) A África, de um modo geral, e o negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada. Figura excedente em relação a qualquer figura e, portanto, fundamentalmente infigurável, o negro em particular era o exemplo costumado desse ser-outro, vigorosamente forjado pelo vazio, e cujo negativo havia penetrado todos os momentos da existência – a morte do dia, a destruição e o perigo, a inominável noite do mundo. Hegel dizia a propósito de tais figuras que eram estátuas sem linguagem nem consciência de si; estes humanos incapazes de se despir uma vez por todas da figura animal com a qual se confundiam. No fundo, era da sua natureza abrigar o que já estava morto. (MBEMBE, 2018, pp. 27/30)

Se as palavras de Mbenbe são bálsamo, as de Frantz Fanon representam a baioneta que é cravada no corpo do colonizador, revelando-se capazes de reunir multidões no enfrentamento do colonialismo e do racismo, irmãos siameses da opressão.

A forma como as palavras de Fanon chegaram ao Brasil, de acordo com três pesquisadores de sua obra, Thula Rafaela de Oliveira Pires, Marcos Queiroz e Wanderson Flor do Nascimento, me interessou particularmente: segundo eles, não foi através da academia, nem do longo prefácio escrito por Jean-Paul Sartre para *Os Condenados da Terra* (1961), que o pensamento de Fanon foi introduzido entre nós; isso coube aos movimentos de negros e de mulheres negras!

Oxalá processo semelhante ocorra na Rocinha e o enfrentamento dos seus problemas estruturais, entre eles o racismo, seja feito a partir da mobilização da sociedade local, organizada em associações de moradores e coletivos capazes de reivindicar os seus direitos, entre os quais o de ser protagonista no combate à desigualdade e à sua arma mais abjeta, o racismo. Essa batalha exigirá não só muita coragem, resiliência e paciência, mas, sobretudo, a consciência de que os opressores – sejam eles de dentro ou de fora da favela - reagirão com violência a qualquer tentativa de mudança do status quo, como nos adverte Fanon:

“Nos países capitalistas entre o explorado e o poder se interpõe uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’. Nas regiões coloniais, ao contrário, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, valendo-se de coronhadas ou bombas de napalm, a ficar quieto. Vê-se que o intermediário do poder usa uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não encobre a dominação. Ele as exhibe e manifesta com a consciência tranquila das forças de segurança. O intermediário leva a violência para dentro das casas e do cérebro do colonizado”. (FANON, 2022, p.34)

E se a hipótese que levantei neste Folhetim - que na Rocinha subsiste o que chamei de “*o novo trato dos viventes*” - estiver correta, garanto que a única forma de libertá-la desse fardo será o rompimento definitivo do status de *território colonizado* que a favela ostenta, através do combate permanente aos seus opressores, onde quer que estejam.

Nessa luta, mergulhar no pensamento fanoniano será, a meu juízo, de grande utilidade, devido a sua relevância, atualidade e aplicabilidade.

DESINFORMAÇÃO & RACISMO

No Brasil, como em muitos países, a sociedade naturaliza a desigualdade, atribuindo aos pobres a culpa pela própria pobreza, omitindo, cinicamente, os obstáculos por ela própria criados para impedir a erradicação da miséria e da fome. Fazem parte dessas barreiras a formação de *sensos comuns* fundamentados em truísmos e desinformações, ferramentas utilizadas, por exemplo, para questionar a adoção das políticas afirmativas, promover a *meritocracia* e responsabilizar a ausência do Estado pelas condições sub-humanas da vida nas favelas, quando ele, infelizmente, nunca deixou de estar presente para manter esse *status quo*.

Desde que as políticas afirmativas começaram a ser implementadas no Brasil — especialmente as cotas raciais em universidades públicas e concursos — uma reação se ergueu, sutil em palavras, mas brutal em intenções.

Vestida de discurso técnico, travestida de "igualdade", a crítica à ação afirmativa nada mais é do que o velho racismo, reembalado com laço de verniz intelectual; o que incomoda mesmo é ver o negro ocupar espaços que antes lhe eram negados — não por falta de capacidade, mas por falta de oportunidade.

Por sua vez, a meritocracia constitui uma falácia ao defender a ideia de que o sucesso de uma pessoa depende exclusivamente de seu esforço, talento e dedicação, ignorando as desigualdades históricas, sociais e econômicas que moldam as oportunidades de cada indivíduo. Assim, o problema da meritocracia não é valorizar o esforço — que é importante —, mas fingir que ele, por si só, basta em um sistema que favorece alguns e marginaliza outros, legitima privilégios e naturaliza desigualdades.

Por último, creditar somente à ausência do Estado o abandono desses territórios esconde a incômoda verdade de que as péssimas condições de vida nas favelas decorrem da falta de vontade política de combatê-las ou, ainda, da aplicação de políticas públicas inadequadas que, não raro, ao serem alardeadas pela propaganda governamental, causam o efeito contrário ao pretendido, expulsando moradores que não conseguem arcar com o aumento do preço e aluguel das moradias, devido ao simples anúncio de futuras melhorias que, muitas vezes, nem são realizadas.

A presença do Estado na Rocinha também é sentida quando os moradores tropeçam nas obras inacabadas e nos planos e projetos que nunca saíram do papel, e também quando sentem na pele a brutalidade da polícia e a do crime organizado que faz do morador um refém, ou, ainda, quando se ressentem com a inação deliberada do governo diante dos péssimos serviços prestados pelas concessionárias de energia e saneamento, quando teria por obrigação contratual fiscalizar e cobrar! Não estou sozinho quando questiono a pretensa “ausência” do Estado: o professor e advogado Alex Ferreira Magalhães, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, da UFRJ, no livro de sua autoria *O Direito das Favelas* (2013) também o faz:

“Assim, desejamos demonstrar que, a despeito dos déficits ainda verificáveis quanto à disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos, bem como os problemas de baixa qualidade da moradia e de irregularidade fundiária e urbanística, as favelas não podem ser vistas

como locais dos quais o Estado – particularmente o Estado Legal – esteja ausente, deixando-as “*abandonadas à sua própria sorte*”, mas antes como locais que o Estado, historicamente, tem procurado controlar através de suas leis (portadoras de propostas de intervenção nesses territórios, que se distinguem no tempo e no espaço), de seus aparelhos administrativos (que, igualmente, se relacionam de maneira diferenciada com as favelas, conforme a sua natureza e ente federativo ao qual se vinculam), e de seus recursos ideológicos, discursivos e simbólicos. Ou seja, o fato de inexistirem políticas emancipatórias, *garantistas* e/ou de extensão às favelas dos benefícios da urbanização, não significa que o Estado não intervenha nelas de outras maneiras e com outros fins”. (MAGALHÃES, 2013, p.26)

Boa parte da sociedade vê no favelado apenas o ocupante, ou pior, o invasor de uma terra que não lhe pertence, ou, ainda, o indivíduo de maus bofes, mancomunado com a criminalidade, que prefere morar na favela só para se livrar de pagar os impostos e taxas que quem mora na “*cidade legal*” tem que pagar.

Quem pensa desse modo não entende - ou não quer entender - que o favelado não tem outra escolha, diante da necessidade de buscar um abrigo para a família e para si. E ignora que a legislação brasileira, através da Constituição de 1988, reconheceu a função social da terra, e que a partir dela a propriedade, antes intocável, deixou de sê-lo em determinadas circunstâncias.

Para o advogado Ricardo Pereira Lira, autor do prefácio do livro *O Negócio da Terra* de Eduardo Guimarães de Carvalho, a Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, foi um divisor de águas, a saber:

“(...) é inegável que a Constituição de 1988 consubstancia, na medida do possível, consideradas as tibiezas dos partidos políticos e as deformações decorrentes da falta de hábito no exercício da Democracia, a soberania da vontade popular. Essa, a nosso ver, é a explicação básica para o fato de que, pela primeira vez, a cidade, os fenômenos urbanos e a ocupação do solo municipal tenham recebido as galas de um tratamento constitucional. Mais do que isso, predomina nela a noção de que a propriedade não é uma só, aquela propriedade quiritária, apresentada uniformemente, invariavelmente, em sua senhoria”. (LIRA in CARVALHO, 1991, p. p. ii, iii).

Por sua vez, Eduardo, atuando como advogado da Pastoral da Terra (ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) na reintegração de posse de uma área do IAPAS ocupada por trabalhadores há décadas, se surpreende com a condução dada ao processo, que usa dois procedimentos, aparentemente antagônicos, para resolver a questão:

“De um lado, a *negociação*, onde os *moradores* e os *proprietários* tratam da permanência dos primeiros nos terrenos ocupados. De outro lado, uma ação de reintegração, através da qual o proprietário pretende reaver suas terras. (...) Além dos fatos e das leis, entretanto os advogados dos ocupantes introduziam, nas suas petições, argumentos fundados em

conceitos estranhos à discussão jurídica em questão. Não se atendo ao tratamento da posse e da propriedade, iam mais longe, para sustentar a condição de *trabalhador carente* dos ocupantes, a partir da qual não podiam perder sua moradia, em nome da justiça social.” (CARVALHO, 1991, p.p.4,5)

A solução desse impasse entre ocupantes e proprietários não foi obtida nem pelo reconhecimento jurídico da posse nem pela reintegração do terreno aos proprietários, e sim pela decisão de manter, *sine die*, o processo inconcluso, permitindo de forma “*eternamente provisória*” a permanência dos ocupantes na área.

A precariedade dessa “*solução*”, fundamentada na manutenção do processo inconcluso, alimenta, na sociedade capitalista, o preconceito que vê no favelado somente o invasor que se apropria criminosamente de uma terra que não lhe pertence, rejeitando com ferocidade qualquer argumento contrário; daí o verdadeiro escândalo que a frase “a favela não é problema, é solução”, atribuída ao urbanista inglês John Turner, causou entre os que a criminalizavam.

A frase virou de ponta-cabeça a maneira como os territórios populares eram historicamente percebidos. Ao contrário do senso comum, que vê a favela apenas como um espaço de carência, desordem e criminalidade, Turner propõe uma cambalhota epistemológica, vendo-a como um território criativo, fruto da ação coletiva e da inventividade popular diante da inoperância do Estado e da complacência (ou conivência) da sociedade.

Em vez de representar a negação da cidade formal, as favelas, segundo o antropólogo, constituem alternativas urbanas que respondem, de maneira autônoma e relativamente eficaz, à precariedade imposta por um modelo excludente de urbanização. Em contextos marcados por racismo estrutural e desigualdade histórica, a favela resiste, apesar da estigmatização e da permanente ameaça da remoção.

Resiste e se reinventa cotidianamente, assumindo novas formas de pertencimento, solidariedade e produção cultural. Contudo, ninguém mora em favela porque quer, nem mesmo se tratando da Rocinha, a favela mais bonita e bem localizada da cidade. Certamente, se nosso país fosse menos desigual e tivesse uma política habitacional capaz de prover moradia digna a quem precisa, ninguém teria que morar em favelas, e elas, quem sabe, nem mesmo existiriam.

Se, desde que as favelas começaram a ser vistas como um problema de segurança e saúde pública, a reação do poder público tivesse sido no sentido de urbanizá-las, e não de removê-las para as periferias ou deixá-las ao Deus dará, hoje teríamos bairros populares enriquecendo a estrutura urbana, tornando-a mais acolhedora, diversa e, certamente, menos violenta, e ninguém teria que sofrer pela falta de saneamento e moradia, nem que se submeter à tirania do *dono do morro*, seja ele, traficante ou miliciano.

O argumento de que os favelados não pagam impostos também não se sustenta, pois os impostos estão embutidos nos alimentos, remédios, bens de primeira necessidade e transporte público, cujo alto custo dificulta sua utilização para a ida e vinda do trabalho. Sendo assim, pode-se dizer que o único imposto que não pagam é o IPTU - mas por que pagá-lo, vivendo no meio do lixo e de esgotos escorrendo a céu aberto?

Ninguém pode negar que a inadimplência de muitos moradores junto às concessionárias é um problema para essas empresas. No caso da Light, os “*gatos*” utilizados para não

pagar a energia elétrica consumida causa muito prejuízo, além de oferecer perigo para os próprios moradores.

Mas, pelo menos na Rocinha, por frequentá-la há muitos anos, sou testemunha do péssimo serviço prestado pelas concessionárias de energia e saneamento, que usam, quando lhes convém, a presença dos traficantes como desculpa para a falta de manutenção e modernização dos equipamentos e da infraestrutura instalados.

A essas meias-verdades e desinformações, amplificadas pelas redes sociais, soma-se a arma mais cruel, visceral e injusta⁵- o conceito de “raça” e o racismo, profundamente enraizados em nossas leis, instituições e inumeráveis corações e mentes, sendo utilizados para manter e ampliar a desigualdade e a discórdia entre nós:

“No fundo, todos sabem que a história do Brasil é marcada pelos horrores da escravização de pessoas negras e que tudo o que veio depois disso tem vínculo permanente com a antiga regulação do trabalho escravo. Tal vínculo perdurará enquanto o cerne do problema não for trazido à luz, com muita coragem e responsabilização, por herdeiros que desfrutem dos produtos construídos a partir desse horror histórico”. (BERTH, 2023, p. 43)

Sob diferentes formas, o racismo, está entranhado na sociedade e incide, principalmente, nos corpos negros que vivem nas favelas, alvo de maus-tratos e balas perdidas durante as incursões policiais. Contudo, antes de verificarmos o impacto do racismo nestes territórios e, em particular, na Rocinha, devo explicar por que tenho escrito a palavra *raça* entre aspas; para tanto, recorro ao *Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas*:

“A rejeição do racismo deu-se principalmente pelo surgimento e pela consolidação das ciências sociais (antropologia e sociologia) no final do século XIX e começo do XX, que afastaram a hipótese de que as sociedades e os grupos humanos, enfim, os fenômenos da vida social, pudessem ser compreendidos no âmbito das ciências naturais, e de que a cultura humana pudesse ser reduzida a determinações biológicas ou genéticas. A rejeição de tal paradigma racista se consolidou depois da Segunda Guerra Mundial como reação ao genocídio dos judeus europeus pelos regimes nazifascistas, o qual - numa demonstração absurda da força ideológica do racismo - contou com a passividade de governos liberais. No pós-guerra, a partir de 1945, passou a vigor um certo consenso entre os cientistas das mais diversas áreas que o termo “raça” deveria ser substituído pelas noções seja de “população” seja de “etnia” e, quando fosse estritamente necessário utilizá-lo, deveria sê-lo entre aspas, para que ficasse claro que seria uma noção usada por outros e não como parte do discurso científico”. (RIOS, SANTOS, RATTS, 2023, p.293)

A existência do racismo no Brasil foi relativizada - e até mesmo negada - até a segunda metade do século XX, quando saíram as primeiras pesquisas de Florestan Fernandes, em São Paulo, e Luiz de Aguiar Costa Pinto, no Rio de Janeiro, que resultaram em dois

⁵ O Brasil foi uma das últimas nações a abolir a escravidão, com a Lei Áurea de 1888. Antes disso, a Lei Eusébio de Queirós de 1850, havia proibido o tráfico de escravos para o nosso país, o que só veio a acontecer, na prática, um século após a sua promulgação.

livros, fundamentais para constata-la em nosso país - *O Negro no mundo dos brancos*, de Florestan e o *Negro no Rio de Janeiro*, de Costa Pinto.

As pesquisas e as conclusões a que chegaram já seriam suficientes para derrubar por terra o mito de que o racismo não existia entre os brasileiros, sob o argumento de que o processo de miscigenação das três “raças” constitutivas da nação teria sido suficiente para eliminá-lo; contudo, tal mito resistiu, apesar de todas as evidências. Essa resistência não é fortuita: tem por objetivo desestimular a adoção de medidas afirmativas, sob o argumento falacioso de que o racismo não mais existiria entre nós.

Na introdução do seu livro, Florestan, referindo-se à escolha do título *O Negro no mundo dos brancos*, escreve:

“Esse título choca-se com a ideia corrente, de que a sociedade brasileira é o produto da atividade convergente de ‘três’ raças, suplementadas pelos ‘mestiços’. Comecei minha carreira intelectual criticando essa visão convencional (em conferência feita em Assunção, em 1941). O que ela pode ter de verdade? Qual seria a ‘chance’ dos povos indígenas ou africanos de compartilhar as experiências históricas dos *colonizadores* e seus descendentes? O Brasil que resultou de uma longa elaboração da sociedade colonial não é um produto nem da atividade isolada nem da vontade exclusiva do branco privilegiado e dominante. O fato, porém, é que a sociedade colonial foi montada para esse branco. A nossa história também é uma história do branco privilegiado para o branco privilegiado, não importa se haja ou não alguma contradição entre a raça genotípica e a raça fenotípica, ou entre as aparências e as realidades”. (FERNANDES, 2007, p.p.32-33)

Por sua vez, Costa Pinto centrou sua pesquisa no estado do Rio de Janeiro: no livro *O Negro no Rio de Janeiro*, com o subtítulo *Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*, faz um verdadeiro “survey” da população afrobrasileira no então Distrito Federal, analisando a demografia, a estratificação social, a ecologia e a situação cultural desse recorte populacional. Destaco o modo como Costa Pinto analisa as formas de segregação espacial desse grupo étnico:

“Um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação residencial, que obriga - pela força do costume, da lei, ou de ambos - a população de determinado grupo étnico, inferiorizado pelo grupo dominante, a limitar o seu direito de morar ao âmbito de determinado bairro ou ruas, vedando-lhe o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar. Obviamente, do ponto de vista sociológico, não é preciso que essa segregação esteja escrita na lei -como é em certas partes dos EUA, ou como foi na Alemanha nazista - para que o fenômeno tenha lugar; não raro, a força coercitiva do costume, imposto por sanções que, por serem difusas não são menos eficientes, logram o mesmo resultado e demarcam, com igual nitidez, o padrão ecológico das diferenciações raciais. Por outro lado, quando a incapacidade econômica da parcela maior de um grupo étnico o mantém restrito àquelas áreas deterioradas do mapa geográfico e social de uma comunidade, resulta, objetivamente, índice de elevada segregação *de fato*, radical de segregação, pois permanece, apesar da constante alegação de sua inexistência,

pela incapacidade material do grupo inferiorizado de usar da proclamada prerrogativa formal de poder residir onde quiser e ter pleno acesso aos recursos da comunidade.” (PINTO, 1953, p.125)

Costa Pinto também pesquisou a proporção de negros e pardos nas favelas cariocas, constatando índices altamente expressivos de segregação:

“enquanto, em cada cem habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de cor, na população das favelas, em cada cem habitantes, 71 são de cor. Essa grande diferença, entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade, é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica.” (PINTO, 1953, p.146)

De lá para cá, possivelmente, a proporção é ainda maior, não só porque a segregação identificada por Costa Pinto permanece, mas, também, porque pesquisas mais recentes indicam a adoção de uma nova postura dos negros, quilombolas e indígenas, que passaram a autodeclarar a etnia, tanto por se orgulharem de suas origens, como para serem incluídos nos grupos beneficiados pelas políticas afirmativas. Entretanto, nem sempre as políticas voltadas para as classes menos favorecidas - entre elas, especialmente, as habitacionais - são eficazes, como assinala Joice Berth:

“Em geral, a negritude e a população de baixa renda como um todo – por questões relacionadas à alienação dos processos históricos de ocupação do território e os direitos que a cidadania garante – consideram como uma dádiva conseguir inserção nesses programas habitacionais, se importando pouco ou nada com o fato de que permanecer onde estão, com alguma melhoria na habitação, resolve apenas em parte o status social de precariedade. Isso porque, nesse modelo de habitação popular, os mais pobres continuam morando na parte da cidade que não é considerado cidade, o que obviamente acarreta ônus silencioso no desenvolvimento humano. E podemos citar não só o estigma do favelado, mas principalmente o quanto esse estigma faz parte de um projeto maior de eliminação física e simbólica de sujeitos negros”. (BERTH, 2023, p.p.47- 48)

Na Rocinha, o *racismo ambiental*, sem dúvida, merece destaque devido a múltiplos fatores, como a falta de saneamento básico, a excessiva ocupação do solo, a verticalização das edificações e a precariedade das habitações, construídas umas sobre as outras e, por vezes, ocupando áreas de risco; entretanto, todas as demais formas de racismo também estão presentes na favela⁶.

Chamo atenção, sobretudo, para o *racismo institucional*, enraizado na estrutura do Estado brasileiro com o objetivo de limitar e, até mesmo, impedir que quadros técnicos, sobretudo os de decisão, sejam ocupados por moradores de favelas, especialmente se forem afrodescendentes - fato que contribui para que muitas políticas públicas não atendam aos interesses e necessidades das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Anos atrás, a desculpa era a inexistência, nas favelas, de técnicos qualificados para ocupar esses postos. Atualmente, entretanto, não é mais possível usar esse argumento,

⁶ Na Rocinha, como em outros locais da cidade, o nordestino, independentemente da cor da pele e do Estado em que nasceu, é tratado como “*paraíba*”, sendo alvo de forte discriminação.

já que em inúmeras favelas - entre elas, a Rocinha - existem dezenas de pessoas com curso superior completo, mestrado e doutorado em inúmeras áreas de conhecimento, além de centenas de jovens cursando faculdades e cursos técnicos.

Com a exclusão dos favelados, despreza-se profissionais cujo saber é enriquecido pela vivência em territórios diferenciados como são as favelas, onde normas e legislações do “asfalto” são de difícil ou indesejável aplicação, por não atenderem às especificidades e necessidades locais.

Equipes que incluam técnicos com esse perfil certamente estarão mais aptas para entender e atender as particularidades da favela, sem o preconceito de quem apenas conhece as características e o modo de vida na cidade “formal”.

Com relação aos costumes, ainda que algumas manifestações culturais da Rocinha sejam acolhidas e, até mesmo, valorizadas, outros eventos e hábitos são julgados impróprios pela rica vizinhança que, inúmeras vezes, vê o trabalhador que mora na favela com desconfiança, mormente se tiver a pele preta. Essa desconfiança e estranhamento das elites em relação às tradições, costumes e corpos da classe trabalhadora, segundo Norbert Elias e Pierre Bourdieu são, na verdade uma forma de racismo disfarçado de estética.

Entre as múltiplas formas de dominação simbólica que atravessam a vida social, poucas são tão silenciosas e persistentes quanto o julgamento dos costumes. Os modos de falar, de vestir, de andar, de se comportar à mesa ou de pentear o cabelo tornam-se, muitas vezes, critérios não apenas de distinção, mas de exclusão social. No Brasil — onde as desigualdades de classe são atravessadas por marcadores raciais profundos — essas práticas de distinção constituem um terreno fértil para a reprodução de preconceitos tanto de classe quanto de raça. E aqui, os trabalhos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu nos ajudam a compreender como esse jogo se estrutura e se perpetua.

Em *O Processo Civilizador*, Elias descreve o longo processo histórico por meio do qual as classes dominantes europeias, a partir da Idade Média, passaram a desenvolver formas cada vez mais refinadas de autocontrole corporal, emocional e linguístico. A etiqueta, os modos à mesa, o controle dos impulsos — tudo isso foi se tornando, progressivamente, um marcador de “civilidade”.

Esse processo não foi neutro: as elites, ao se diferenciarem das camadas populares por meio de seus modos, consolidaram um modelo de comportamento social que passou a ser visto como o único legítimo. O que vinha de baixo — mais espontâneo, mais corporal, mais direto — passou a ser lido como vulgar, sujo, primitivo. Como escreve Elias: “a repulsa pelas formas populares do comportamento corporal [...] é um traço constitutivo da sensibilidade das elites civilizadas” (ELIAS, 1994, p. 145).

Pierre Bourdieu amplia essa reflexão ao mostrar que o gosto — aquilo que consideramos bonito, certo, apropriado — é profundamente determinado pelas condições sociais de existência.

Em *A Distinção*, Bourdieu demonstra que aquilo que a elite considera “bom gosto” é, na verdade, o reflexo de seu capital cultural, isto é, de sua familiaridade com os códigos simbólicos valorizados socialmente. Os hábitos da classe trabalhadora, por outro lado, são constantemente desqualificados. Para o autor, “o gosto de classe é, antes de tudo, um desgosto pelas práticas e pelos gostos das outras classes” (BOURDIEU, 2007, p. 67). E é justamente esse desgosto que, em sociedades racializadas como a brasileira, se funde de forma perversa com o racismo.

Quando os corpos negros e periféricos são alvos constantes de censura estética e comportamental — por seus cabelos, suas roupas, sua linguagem, seus modos de existir — o que está em jogo não é apenas uma diferença de classe, mas uma matriz histórica de exclusão racial. A desqualificação dos modos de vida da classe trabalhadora, em especial quando racializada, opera como uma forma de manter fronteiras sociais intransponíveis sob o disfarce da neutralidade cultural. Racismo e classismo se fundem, portanto, na construção de um “padrão civilizado” que, na verdade, é profundamente excludente.

Ao se exigir que os sujeitos negros e pobres “se comportem melhor”, “falem direito” ou “se vistam adequadamente” para serem aceitos, o que se está fazendo, em última instância, é exigir que esses corpos se desfaçam de si mesmos — que abandonem suas referências culturais, seus modos de ser, sua memória coletiva. Trata-se, como bem percebeu Bourdieu, de uma violência simbólica que não precisa se impor pela força: basta que os dominados internalizem o desprezo que se tem por eles.

É nesse ponto que as contribuições de Elias e Bourdieu convergem: ambos mostram que a dominação se exerce não apenas pelas estruturas materiais, mas pelos mecanismos sutis da cultura e da sensibilidade. E é justamente nessa sutileza que reside a força de um racismo que não se anuncia, mas se insinua — disfarçado de gosto, de civilidade, de “bom senso”.

Ser vizinho da maior favela do Brasil é, portanto, no mínimo, problemático para os moradores da Gávea e São Conrado, acostumados aos costumes e privilégios dos *cidadãos de primeira classe*. O barulho dos bailes de funk atravessando a noite (desrespeitando a lei do silêncio, sem a devida fiscalização da Prefeitura), o vagão do Metrô lotado de favelados e a “língua negra” de esgoto poluindo a praia de São Conrado, sem falar dos tiroteios frequentes, são para eles deveras insuportáveis.

Infelizmente, ainda são muito poucos, aqueles que reconhecem que a maior parte desses “incômodos” são fruto da inoperância deliberada dos poderes públicos; se eles são considerados insuportáveis pela rica vizinhança, imaginem o que representam para o morador da favela, que vive no meio de lixo e dos esgotos correndo a céu aberto, sob o jugo e as humilhações do crime organizado.

Urgente, assim, que os moradores do asfalto passem a responsabilizar os verdadeiros culpados pelas mazelas que a proximidade da favela lhes traz. Cabe a eles próprios se conscientizarem de que a única alternativa para se livrarem do incômodo é somar esforços com o povo da Rocinha na mobilização dos três níveis de governo e de toda a sociedade para a implantação do saneamento básico na favela, a construção de habitações dignas e a realização das demais obras previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha, finalizado em 2008 (necessitando, portanto, de atualização).

Fecho o terceiro capítulo do Folhetim com umas poucas palavras de dois grandes brasileiros, um homem e uma mulher negros; ambos denunciaram e combateram o racismo com o intervalo de mais de um século. O homem é Luiz Gama: o texto que escolhi foi extraído de *Liberdade*, o oitavo volume de suas obras completas, que reúne os textos escritos entre 1880-1882; a mulher é Denise Ferreira da Silva: dela selecionei um pequeno trecho do livro *Homo Modernus, para uma ideia global de raça*. Vamos a eles:

“O africano livre Joaquim Antônio, morador ao marco da Meia Légua, obteve, a 21, licença do digno sr. Capitão Almeida Cabral,

subdelegado do distrito, licença para dar um divertimento. Já não é pouco; neste país clássico da liberdade não é permitido ao negro divertir-se, em sua casa, sem licença da polícia! (...) quando foi intimado por uma patrulha policial para não continuar, Joaquim Antônio fechou a sua porta e continuou a divertir-se com outros seus amigos negros. A patrulha arrombou a porta, penetrou na casa (era meia-noite!), saqueou-a, mediante rigorosa busca, prendeu o africano livre Joaquim Tito, que reclamara contra o ato e, em seguida, arrombou mais duas casas de africanos, sem fundamento nem razão”. (GAMA, 2021, p.p.107/108)

“O liberalismo diz que os Estados Unidos são uma sociedade racista. Diz que pessoas pretas e pardas estão massivamente desempregadas ou amontoadas nas funções de menor remuneração; diz que empregadores não contratam jovens negros. Vocês são a subclasse: gente sem futuro, gente que não sabe se comportar adequadamente porque as instituições – famílias, empresas, igrejas, e por aí vai – abandonaram os guetos com a classe média, que se aproveitou das ações afirmativas para obter empregos melhores e encontrarem lugares mais confortáveis para viver. Você vende drogas. Você é um estuprador. Um criminoso. Talvez você seja um terrorista. Vamos tirar você das ruas. Se a gente não prender você, vamos atirar em você, e usaremos quantas balas forem necessárias”. (SILVA, 2022, p. 18)

Caríssimos leitores, desejo que Gama, Denise e todos os demais companheiros e companheiras que nos guiaram na caminhada pelo labirinto em busca de conhecer as causas do fracasso de tantas políticas públicas na Rocinha nunca mais se afastem de vocês. Foram eles e elas que deram o embasamento teórico que me faltava para referendar o que eu já intuía: que a forma participativa da minha atuação na Rocinha era a melhor maneira de apoiar os moradores na luta pela transformação da favela em um bairro popular.

BIBLIOGRAFIA

- AGAGHE, Alfred. *A cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1929.
- BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões na cidade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2020.
- CARVALHO, Eduardo Guimarães de. *O negócio da terra: a questão fundiária e a justiça*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [s.d.].
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Editora Global, 2007.

GAMA, Luiz. *Liberdade: obras completas*. São Paulo: Hedra, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). *Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. [s.n.].

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1960.

PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças em uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex. *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo Modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022.